



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 032/2017

CONTRATAÇÃO DE CREDENCIADA (O) FACILITADORA (OR)

1. IDENTIFICAÇÃO

O **Termo de Referência n.º 32 /2017** (*Processo Administrativo n.º 6270170010255*) visa à convocação de 01 (um/uma) profissional credenciada (o) para a apresentação de documentação objetivando a prestação de serviços de FACILITADORA (OR), em conformidade com o Edital de Credenciamento de Profissionais n.º 001/2014 – Regulamento de Credenciamento, devidamente instituído através da Portaria SPM n.º 008/2014, de 19 de fevereiro de 2014, ambos respectivamente publicados no Diário Oficial do Estado - DOE do dia 20/02/2014, nos termos constantes no Processo Administrativo n.º 6270120003932.

A contratação se dá no âmbito do CONVÊNIO n.º: 780599/2012 – PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NA BAHIA - *Cidadania e Erradicação da Violência contra as Mulheres Urbanas e Rurais*, firmado entre a **Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM/BA)** e a **Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República** para cumprimento da Meta 1 – Etapas 5 e 6 do Convênio 780599/2012 – Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres na Bahia – Cidadania e Erradicação da Violência contra as Mulheres Urbanas e Rurais.

2. JUSTIFICATIVA

A Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/BA, criada pela Lei n.º 12.212, de 04 de maio de 2011, tem como tarefa: formular, executar e articular políticas para as mulheres que visem a redução da desigualdade de gênero e a eliminação de todas as formas de discriminação identificadas, bem como desenvolver ações de prevenção e combate à todas as formas de violência contra as mulheres. No contexto da Secretaria, a Coordenação Executiva de Articulação Institucional e Ações Temáticas tem como tarefa desenvolver programas e ações de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres e de promoção da autonomia.

A violência contra as mulheres é um dos pilares do patriarcado, responsável por sua sustentação, perpetuação e naturalização. Ao longo dos tempos, vem sendo usada como ferramenta de controle da vida, corpo e sexualidade das mulheres.

Segundo o Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, lançado em 2007, “a violência contra as mulheres é uma das principais formas de violação de seus direitos humanos, atingindo o direito à vida, à saúde e à integridade física das mulheres. Homens e mulheres são



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM

atingidos pela violência de forma diferenciada. Enquanto os homens tendem a ser vítimas de uma violência predominantemente praticada no espaço público, as mulheres sofrem cotidianamente com um fenômeno que se manifesta dentro de seus próprios lares, na grande parte das vezes praticada por seus companheiros e familiares”. Este reconhecimento por parte do Estado brasileiro é fruto de muitas décadas de pesquisas e estudos, também constata que “a violência contra a mulher em todas as suas formas (psicológica, física, moral, patrimonial, sexual, tráfico de mulheres) é um fenômeno que atinge mulheres de diferentes classes sociais, origens, regiões, estados civis, escolaridade ou raças”.

Em que pese o avanço que tal diagnóstico representa - para a promoção da equidade de gênero e para a consolidação da democracia brasileira -, e apesar da vitória obtida com a sanção da Lei Maria da Penha (a mais completa legislação do mundo sobre o assunto), há poucos resultados positivos no que se refere à redução das violências perpetradas contra as mulheres. O Mapa da Violência, elaborado e divulgado pelo Ministério da Justiça em 2012, aponta que a cada duas horas uma mulher é assassinada no país. De acordo com esse Mapa, o Estado da Bahia ocupa o oitavo (8º) lugar no ranking nacional de assassinatos de mulheres, segundo dados compilados em 2010 pelo Sistema de Informações sobre Mortalidade - SIM.

O projeto de **Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres Na Bahia - Cidadania e Erradicação da Violência contra as Mulheres Urbanas e Rurais**, desenvolvido a partir do CONVÊNIO nº. 780599/2012 com **Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania** e a **Secretaria de Políticas para as Mulheres do Estado da Bahia (SPM/BA)** se constitui em uma forma de habilitar organizações da sociedade civil e instituições públicas que compõe a Rede de Prevenção e Enfrentamento à Violência contra as Mulheres.

3. OBJETO

Contratação de **01(uma/um) credenciada (o) na condição de FACILITADORA(OR).**

4. REQUISITOS

A(O) Facilitadora(or) precisará ter e comprovar os seguintes requisitos:

- Nível Superior Completo, em Gênero e Diversidade;
- Experiência de trabalho na formação de mulheres em situação de violência;
- Experiência como Facilitadora (or) nas temáticas de Gênero, Direitos Humanos, Cidadania e Violência contra a Mulher;
- Experiência na condução/facilitação de grupos;
- Disponibilidade para viajar.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM

5. METODOLOGIA

O planejamento, a execução e a elaboração dos relatórios das atividades de treinamento serão realizados a partir de reuniões com a equipe integrante da Coordenação de Enfrentamento a Violência da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo do Estado da Bahia (SPM/BA), de acordo com o Plano de Trabalho, com o período de execução das metas e com as etapas do CONVÊNIO nº. 780599/2012, firmado com **Secretaria Especial de Direitos Humanos do Ministério da Justiça e Cidadania**.

6. ATIVIDADES A REALIZAR

- Planejar e construir plano de aula, e material didático, em formato digital e impresso para as Oficinas e Rodas de Diálogos, conforme metodologia constante do item 5 e o Escopo descrito no item 6, deste Termo de Referência;
- Realizar as oficinas e Rodas de Diálogos conforme constante do Projeto Técnico e conteúdos descritos no item 6 deste Termo de Referência para formação e capacitação em Direitos Humanos e Cidadania de agentes penitenciárias e Direitos Humanos Gênero e Violência contra a Mulher para profissionais que atuam na área educativa;
- Elaborar instrumento de avaliação das atividades para ser aplicado quando da conclusão das Oficinas e Rodas de Conversa, observando-se os critérios do perfil dos participantes e critérios gerais da capacitação;
- Elaborar Relatórios de Execução, conforme padrão a ser fornecido pela SPM-BA.

7. ESCOPO DAS ATIVIDADES DA(O) FACILITADORA(R) CONTRATADA(O).

As Oficinas serão desenvolvidas pela (o) Facilitadora(or), de acordo com as Temáticas a seguir, observando cada etapa do projeto:

Etapa 5 - Descubra-se e Reconheça-se; Direitos Humanos e Cidadania; Trabalhando Conceitos: Raça e Racismo; Gênero e relações sociais; Violência contra a mulher; Saúde e Desigualdades Sociais – Acrescentar a temática de redução de danos.

Etapa 6 - Descubra-se e Reconheça-se; Direitos Humanos e Cidadania; Trabalhando Conceitos: Raça e Racismo; Gênero e relações sociais; Violência contra a mulher; Saúde e Desigualdades Sociais – Acrescentar a temática de redução de danos.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM

8. DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA

1. RG, CPF, Comprovante de residência e título de eleitor com a certidão de regularidade fornecida pelo Tribunal Regional Eleitoral;
2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal e Estadual;
3. Cópia de Diploma ou Certidão de conclusão do Curso de Graduação, expedida por instituição de ensino, reconhecida pelo Ministério da Educação;
4. Declaração expressa de disponibilidade para o trabalho objeto do Credenciamento, nos horários, carga horária e condições exigidas para o projeto a ser executado e de que tem disponibilidade para viajar.
5. Comprovação de inscrição no cadastro de contribuinte junto a Secretaria da Fazenda Municipal.
6. Documentos comprobatórios de experiência nas áreas específicas conforme requisito constante do item 4, deste Termo de Referência.

Podem ser apresentados, se houver:

Diploma, Títulos ou Certidões fornecidas pela instituição de ensino, para atestar outros níveis de formação tais como: Doutorado, Mestrado, Especialização e Graduação todos devidamente reconhecidos pelo Ministério da Educação.

Toda documentação exigida neste Termo de Referência deve estar devidamente autenticada por oficial de Cartório de Títulos e Documentos ou deve ser realizada apresentação dos originais para conferência pela Comissão Permanente de Credenciamento.

9. LOCAL DE REALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE FACILITADORA (OR)

Os serviços, objeto deste credenciamento, deverão ser realizados em Salvador, e em viagens, quando for necessário.

10. ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Será designada como representante da SPM/BA, a servidora **Larissa da Silva Santos, matrícula 42.578.120-1** para o acompanhamento, fiscalização e execução desta etapa do projeto.

11. DURAÇÃO DOS SERVIÇOS

Este serviço deverá ser contratado em formato de pagamento mediante hora técnica (h/t), com um total de 220 (duzentas e vinte horas) horas técnicas, sendo, 120 horas para realização de formações em Direitos Humanos e Cidadania com agentes penitenciárias (etapa 05) e 100 horas para realização de Oficinas com Temáticas de Gênero (etapa 06) para profissionais que atuam na área educativa.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM

O serviço a ser realizado para o projeto tem prazo de duração com base na vigência do Convênio 780599/2012, ou seja, **05/12/2017**, sendo prorrogável considerando alterações na vigência do citado convênio.

12. VALOR DOS SERVIÇOS

- O valor da hora/técnica dos serviços será de **R\$80,00 (oitenta reais)**, conforme fixado no Convênio Federal 780599/2012 firmado com a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, perfazendo o total de R\$ 17.600,00 (dezesete mil e seiscentos reais).

13. FORMAS DE PAGAMENTO E APROVAÇÃO DOS PRODUTOS

- Os pagamentos serão realizados com base nas horas técnicas (h/t) efetivamente trabalhadas durante o mês, conforme constante das atividades definidas nos itens 6 e 7, deste Termo de Referência.
- Os valores apurados durante o mês serão pagos em até 30 dias, após a apresentação da Nota Fiscal e aprovação dos Relatórios Parciais das atividades desenvolvidas efetivamente, conforme Planejamento.
- Os pagamentos referentes a deslocamento e hospedagem, conforme discriminados no item 12, serão pagos considerando cada viagem a trabalho e respectivas etapas, obedecendo aos procedimentos administrativos.
- A emissão pela SPM/BA de Declarações de Serviço prestados (parciais e final) estará condicionada a critérios de qualidade técnica e conceitual em conformidade com as diretrizes previamente apresentadas e que integram o instrumento da contratação, analisados e consignados em Parecer Técnico, estando condicionada também ao cumprimento dos prazos definidos no presente Termo de Referência.

14. RESPONSABILIDADES DA CONTRATANTE

A SPM/BA, através da Coordenação Executiva de Articulação Institucional e Ações Temáticas, deverá:

- a) Fornecer documentos e informações necessários ao bom desenvolvimento dos trabalhos;
- b) Promover os contatos e articulações necessárias e facilitação do acesso às fontes, no que lhe couber;
- c) Manter canais de comunicação, realizando reuniões com a(o) consultora(or), quando necessário;
- d) Supervisionar e acompanhar o desenvolvimento dos trabalhos, em todas as suas fases, requerendo, a qualquer tempo, informações e relatos sobre as atividades em execução e adotando providências com vistas à correção de falhas e resolução de problemas que eventualmente possam ocorrer;
- e) Receber, analisar, propor ajustes e aprovar os Relatórios de Execução de Serviços.



GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA

SECRETARIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES – SPM

f) Comprovar a realização dos serviços, a partir da emissão de Parecer Técnico, para efeito de pagamento.

15. FONTES DE FINANCIAMENTO:

Os serviços a serem contratados enquadram-se conforme abaixo descrito:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	UNIDADE GESTORA:	PROJETO/ATIVIDADE	ELEMENTO DE DESPESA	DESTINAÇÃO DE RECURSOS
34.101	001	14.422.211.5553	3.3.90.36.00	0.331.101.158
Assessorias de Planejamento e Gestão-APG	Diretoria de Administração e Finanças	Capacitação Profissional de Mulheres em Situação de Vulnerabilidade Social	Outros Serviços de Pessoa Física	Convênio 780599/2012

Meta 1 – Etapas 5 e 6 do Convênio 780599/2012 – Promoção dos Direitos Humanos das Mulheres na Bahia – Cidadania e Erradicação da Violência contra as Mulheres Urbanas e Rurais.

16. PRAZO PARA ENVIO DE DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DAS QUALIFICAÇÕES REQUERIDAS

A(O) Credenciada(o) convocada(o) na condição de Facilitadora(or), conforme Lista de Classificação do Edital n.º 001/2014, deverá apresentar a Declaração com as experiências requeridas no item 04 deste Termo de Referência, no prazo máximo de até 15 (quinze) dias a contar da data da sua convocação e terá por base o presente Termo de Referência, veiculado no site desta SPM/BA: www.mulheres.ba.gov.br.

As Declarações deverão ser entregues em versão impressa, protocoladas na SPM/BA ou enviadas por SEDEX (ECT) para o seguinte endereço:

Secretaria de Políticas para as Mulheres – SPM/BA
Comissão Permanente de Credenciamento
Avenida Tancredo Neves, n.º. 776, Bloco A, 3º andar.
Caminho das Árvores - CEP 41.820-904
Salvador/BA

Salvador/BA, 13 de setembro de 2017.

Jucinalva Pinto Peruna
Coordenadora Executiva
Coordenação de Articulação Institucional e Ações Temáticas